

REGISTRO DE REUNIÃO			
Data:	17 de junho de 2025		
Reunião:	Câmara Técnica de Saneamento Ambiental - CTSAM		
PARTICIPANTES		INSTITUIÇÃO	
Elielson Teixeira		Prefeitura de Tanguá (membro)	
Marcos Basbaum		Ecomarapendi (membro)	
Morvan Nobre		SEAERJ (membro)	
José Paulo Azevedo		UFRJ (membro)	
André Leone		CEFET (membro)	
Halphy Rodrigues		Águas de Niterói (membro)	
Renato Gomes da Rocha		AMAVAG (convidado)	
Larissa Aquino		Prefeitura de Nova Iguaçu (convidada)	
Caroline Cavalcanti		Iguá Saneamentos (convidada)	
Humberto Martins		Prefeitura de Mesquita (convidado)	
Igor Rabello		Águas do Rio (convidado)	
Roberta Miranda de Araujo		CRBio 02 (membro)	
Liliane Prohmann		Marina Barra Club (membro)	
Mauro Cesar Palmeira Vilar		CRBio 02 (convidado)	
Monica Maria Pena		UFRJ (convidada)	
Tânia Sousa		AGEVAP	
Tipo:	Videoconferência		
Início:	14h15	Encerramento	17h00
RELATO DA REUNIÃO			
Pauta:			
1. Aprovação da pauta do dia;			
2. Aprovação memória de reunião dia 29/04/2025;			
3. Eleição de Subcoordenador;			
4. Apresentação do Projeto de Regularização Sanitária em Imóveis de Baixa Renda pela Águas de Niterói;			
5. Encaminhamento JPA: Encaminhar o processo do MPRJ para discussão na			

CTSAM e sugerir que esta Câmara Técnica esteja alinhada com o comitê de monitoramento da concessão de forma que sejam revistos os indicadores de qualidade da água (ex.: balneabilidade costeira) de forma a atender às condicionantes da licença ambiental do INEA. Destaque na importância do monitoramento de poluentes transportados pela pluma produzida na dragagem e, sobretudo, das florações de cianobactérias e suas toxinas nas lagoas e consequente transferência para a região de praia mediante regime de marés - indicador não considerado na avaliação de balneabilidade;

6. Apoio para Mobilização Social nos municípios para o Programa Sanear Baía de Guanabara na sugestão de desenvolvimento de material didático de educação sanitária e informativo compatível com as necessidades do Programa;

7. Informes.

Iniciada a reunião. Sobre o **ponto de pauta 1: Aprovação da pauta do dia**, a pauta do dia foi aprovada sem alterações. Passando para o **ponto de pauta 2: Aprovação memória de reunião 29/04/2025**, a memória da reunião do dia 29/04/2025 foi apresentada na tela e, sem observações dos presentes, foi considerada aprovada. Passando para o **ponto de pauta 3: Eleição de Subcoordenador**, Elielson Teixeira – Prefeitura de Tanguá – destacou a necessidade de um subcoordenador para apoiar a coordenação. Marcos Basbaum – Ecomarapendi - se colocou à disposição para ser subcoordenador caso ninguém mais se voluntariasse, os membros apoiaram a candidatura por unanimidade. Passando para o **ponto de pauta 4: Apresentação do Projeto de Regularização Sanitária em Imóveis de Baixa Renda pela Águas de Niterói**, Halphy Cunha Rodrigues – Águas de Niterói, apresentou o projeto de regularização sanitária em imóveis de baixa renda da Água de Niterói, que teve sua origem em 2013 com o nome “Se liga”, em parceria com o INEA, na época foi amplamente divulgado na mídia com destaque no Diário Oficial do Estado (IOERJ). Após parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Niterói foi implementado o “Ligado na Rede”, e a partir de 2023, a pedido do Ministério Público do Rio de Janeiro, a junção dos dois projetos anteriores virou Programa de Regularização Sanitária. O objetivo

principal é vistoriar, testar e regularizar imóveis, conscientizar moradores sobre o uso correto do sistema de esgoto e, em imóveis de baixa renda, são executadas gratuitamente as ligações e interligações desses imóveis. Halphy Cunha Rodrigues destacou as comunidades beneficiadas, como Jacaré, Boa Esperança, Arvorai e Bom Sucesso, ressaltando a importância do apoio da associação de moradores e da conscientização dos residentes. O projeto já ultrapassou a meta inicial de 600 imóveis atendidos, alcançando 724 interligações, beneficiando um número estimado de 2.606 pessoas e coletando aproximadamente 9.383.000 litros de esgoto por mês. Halphy Cunha Rodrigues enfatizou a parceria com a Secretaria de Habitação e a Defesa Civil para garantir a regularidade fundiária e evitar intervenções em áreas de risco. A regularização não é realizada em áreas de faixa marginal, topo de morro e beira de rio sem a aprovação dos órgãos competentes. Continuou apresentando os resultados das vistorias na região oceânica e em Icaraí, totalizando mais de 32.000 vistorias realizadas, superando a meta inicial. O principal desafio é o grande número de imóveis inacessíveis, seja por ausência de moradores ou falta de autorização para o teste, mesmo em áreas de alto poder aquisitivo com imóveis não ligados à rede. Destacou ainda a importância da conscientização dos moradores de todas as classes sociais sobre o uso correto da rede de esgoto e os riscos do descarte inadequado de resíduos e águas pluviais. O objetivo final é alcançar a universalização do saneamento com todos os imóveis ligados à rede separadora absoluta. Para finalizar, Halphy Cunha Rodrigues mencionou dois programas adicionais: Comunidade Integrada e Água de Valor, que visam atender às necessidades das comunidades, incluindo a questão do armazenamento de água e a redução de perdas. Através desses programas, são realizadas manutenções hídricas, doação de torneiras e, quando necessário, instalação de caixas d'água, com a contrapartida do morador em zelar pelos equipamentos. A distribuição de equipamentos visa evitar perdas de água devido a ligações irregulares e falta de hidrômetros. Explicou que a tarifa social em Niterói surgiu por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público, dada a ausência dessa previsão no contrato de concessão original de 1999. A Águas de Niterói valoriza a relação de credibilidade com as associações de moradores e se esforça para

cumprir os acordos, evitando gerar desconfiança nas comunidades em relação a possíveis mudanças futuras nas condições de serviço. Passando para o **ponto de pauta 5: Encaminhamento JPA: Encaminhar o processo do MPRJ para discussão na CTSAM e sugerir que esta Câmara Técnica esteja alinhada com o comitê de monitoramento da concessão de forma que sejam revistos os indicadores de qualidade da água (ex.: balneabilidade costeira) de forma a atender às condicionantes da licença ambiental do INEA. Destaque na importância do monitoramento de poluentes transportados pela pluma produzida na dragagem e, sobretudo, das florações de cianobactérias e suas toxinas nas lagoas e consequente transferência para a região de praia mediante regime de marés - indicador não considerado na avaliação de balneabilidade**; Mauro Cesar Palmeira Vilar - Conselho Regional de Biologia – CRBio – 2ª Região - apresentou o encaminhamento do Ministério Público para que o Comitê acompanhe a atividade de dragagem no complexo lagunar. Essa atividade está associada a um Termo de Ajuste de Conduta de 2015 e é executada pela Iguá Saneamentos. O subcomitê JPA sugere que a Câmara Técnica de Saneamento Ambiental (CTSAM) se alinhe com o Comitê de Monitoramento da Concessão para um acompanhamento mais eficaz. Mauro Cesar enfatizou a importância de ter acesso aos relatórios de monitoramento da dragagem, especialmente em relação à qualidade da água e seu impacto na zona costeira. Foi destacada a necessidade de monitorar a toxicidade do material dragado e a proliferação de cianobactérias e suas toxinas, que não são consideradas nos critérios de balneabilidade atuais. Mauro Cesar esclareceu que a licença ambiental integrada é para a atividade de dragagem e foi emitida pelo INEIA, possivelmente baseada em um estudo de impacto ambiental de 2015. O Subcomitê JPA sugeriu que o monitoramento de microalgas tóxicas e suas toxinas, já realizado no sistema lagunar, seja estendido à zona costeira, dada a influência das lagoas nas praias. Marcos Basbaum comentou sobre a dificuldade histórica do comitê em realizar um acompanhamento técnico detalhado e questionou a necessidade de exigir medidas adicionais além da legislação ambiental existente. José Paulo Azevedo – UFRJ - reconheceu a complexidade da legislação e sugeriu aproveitar o conhecimento de especialistas e criar uma

biblioteca de informações no comitê. E sugeriu que a questão dos manguezais seja tratada na câmara técnica de infraestrutura verde, mencionando a relevância do tema para a Baixada Fluminense. Ele também apontou como positiva a maior interação com o comitê de monitoramento, citando a participação de Eduardo Figueira, presidente do comitê do bloco 4, no subcomitê JPA. André Leone - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET - destacou a importância do monitoramento de florações de cianobactérias, mesmo que a CONAMA 274 foque em aspectos bacteriológicos para a balneabilidade. Ele lembrou que a presença de floração pode tornar uma praia imprópria e que o INEA monitorava essa situação no ponto BD10, sugerindo que esse monitoramento seja retomado ou incluído, especialmente em períodos críticos. Finalizando, Mauro Cesar destacou que esse é seu primeiro contato com a CT e expressou o objetivo de obter suporte da CTSAM para o acompanhamento do monitoramento da dragagem em relação à qualidade da água. Enfatizou o entusiasmo dos subcomitês e câmaras técnicas em evoluir e a importância de aprofundar a discussão. Elielson Teixeira valorizou a figura do comitê e a importância das câmaras técnicas, buscando fortalecer a atuação destas. Ele explicou que o Comitê Baía de Guanabara é dividido em regiões, com subcomitês para cada uma, e que a CTSAM auxilia o comitê através de debates aprofundados. reafirmou a autonomia dos subcomitês para tratar de assuntos e levá-los diretamente ao comitê, sem necessidade de passar pela câmara técnica e informou que o encaminhamento será buscar junto ao INEA, à Iguá Saneamentos e especialistas da área, informações sobre o licenciamento e a possibilidade de incluir a análise de cianobactérias. José Paulo Azevedo sugeriu o Plano de Manejo de Uso Sustentável (PEMU) como um instrumento estadual relevante para abordar a questão das toxinas e compatibilizar os diversos usos do sistema lagunar de Jacarepaguá. Elielson Teixeira acolheu a sugestão de capacitação sobre o PEMU para as pessoas do comitê e para a diretoria. Após debates, a reunião foi encerrada às 17h00.

Encaminhamentos:

1. Solicitar publicação da Ata aprovada, reunião do dia 29/04/2025; (secretaria executiva)

2. Atualizar composição da CT, com a inclusão do Subcoordenador; (secretaria executiva)
3. Convidar o INEA, a Iguá Saneamentos e especialistas nos assuntos para tratar especificamente da pauta encaminhada pelo Subcomitê JPA; (Coordenação/ SE)
4. Apresentar o material didático da educação sanitária do SANEAR BG à CTSAM antes de produzir. (coordenação)

Mediador da reunião: Elielson Teixeira

Relator: Tânia Sousa

Rua da Quitanda, 185 - Centro, Rio de Janeiro - RJ,

Cep: 20.010-020

cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br